

O NORDESTE NO LIVRO DIDÁTICO DE GEOGRAFIA: QUAL NORDESTE ESTÁ SENDO ENSINADO?

EL NORDESTE EN EL LIBRO DE TEXTO DE GEOGRAFÍA: ¿QUÉ NORDESTE ESTÁ ENSEÑANDO?

THE NORTHEAST IN THE GEOGRAPHY TEXTBOOK: WHICH NORTHEAST IS BEING TEACHING?

GUILHERME LIMA GUIMARÃES

Universidade Estadual do Sudoeste da Bahia, Vitória da Conquista, BA, Brasil
<guilhermelg1995@hotmail.com>

MAGNA MELO VIANA

Universidade do Estado da Bahia, Caetitê, Ba, Brasil
<magnameloviana@hotmail.com>

GLAUBER BARROS ALVES COSTA

Universidade do Estado da Bahia, Caetitê, BA, Brasil
<glauberbarros@hotmail.com>

Resumo

A pesquisa faz parte do projeto “Livro Didático de Geografia: representações e materializações”. O objetivo foi analisar como a região Nordeste e os nordestinos foram apresentados nos livros didáticos de Geografia distribuídos pelo Ministério da Educação (MEC) para a Educação Básica. Analisaram-se os livros didáticos (LD) do 6º ao 9º ano do ensino fundamental, adotados no triênio de 2017 a 2019, investigando-se a representação do Nordeste e do povo nordestino. Para essa pesquisa, escolheu-se uma coleção utilizada no sertão nordestino baiano. Por fim, realizou-se um levantamento quantitativo e qualitativo das imagens e dos textos presentes na coleção, a partir da análise do discurso. Verificou-se que, apesar das longas discussões e pesquisas de diversos teóricos sobre a região Nordeste e sua população, quando o livro didático os apresenta, ficam evidentes quase sempre os mesmos discursos, atrelados a problemas como as migrações — uma questão que historicamente não se restringe ao Nordeste, mas também afeta outras regiões do país. Observa-se, ainda, um silenciamento em relação a outros aspectos e territorialidades que envolvem o Nordeste e o povo nordestino.

Palavras-chave: Geografia. Nordeste. Migrações. Livro Didático.

Resumen

La investigación forma parte del proyecto “Libro de texto de geografía: representaciones y materializaciones”. El objetivo fue analizar cómo se presenta la región Nordeste y el Pueblo de Nordeste en los Libros de Texto de Geografía, distribuidos por el Ministerio de Educación (MEC) para la Educación Básica. Analizamos libros de texto de 6º a 9º grado de primaria, adoptados en el trienio de 2017 a 2019, investigando la representación del Noreste y su pueblo, realizando un relevamiento cuantitativo de las imágenes / textos presentes en la colección. Se encontró que, a pesar de largas discusiones e investigaciones de los teóricos sobre la región Noreste y la representación del Noreste, cuando el Libro de Texto los representa, casi siempre se evidencian los mismos discursos, vinculados a problemas como la migración, que históricamente ha sido un problema. No solo en el Nordeste, sino también en otras regiones del país, ya que hay un silenciamento en relación a otros aspectos y territorialidades que involucran a los pueblos del Nordeste y la región.

Palabras clave: Geografía. Noreste. Migraciones. Libro de Texto.

Abstract

This research is part of the project “Geography Textbook: representations and materializations”. The objective was to analyze how the Northeast region and the people from the Northeast were assigned to Geography Textbooks, distributed by the Ministry of Education (MEC) for Elementary Education. We analyzed Textbooks from the 6th to 9th grade of elementary school, adopted in the triennium from 2017 to 2019, investigating the representation of the Northeast and Northeast’ people, making a quantitative survey of the images / texts present in the collection. It was found that, despite having preference and research by theorists about the Northeast region and the representation of the Northeast’ people, when the Textbook represents them, the same discourses are almost always evidenced, linked to problems such as migration, which has historically been a problem not only from the Northeast, but also from other regions of the country, as a silencing in relation to other aspects and territorialities that involve the Northeast and its people.

Keywords: Geography. North East. Migrations. Textbook.

Introdução

O livro didático é um material pedagógico destinado a alunos e professores da educação básica, disponibilizado pelo Programa Nacional do Livro e do Material Didático (PNLD), de responsabilidade do Ministério da Educação (MEC), em parceria com o Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação (FNDE). Ele contempla os quatro níveis de ensino: educação infantil; anos iniciais do ensino fundamental (1º ao 5º ano); anos finais do ensino fundamental (6º ao 9º ano); ensino médio; e educação de jovens e adultos (EJA) (BRASIL, 2017).

Por ser um dos recursos mais utilizados nos espaços escolares, o livro didático acaba se tornando uma ferramenta pedagógica de ensino que possibilita a construção de práticas, a formação de professores e a produção de currículos. Desse modo, requer estudos e análises, tanto de suas possibilidades quanto de suas lacunas. Por isso, é preciso questionar: que currículos o livro propõe? Que ideologia está por trás dos textos e imagens do LD? Como são apresentadas as culturas dos diferentes povos brasileiros? Como o Nordeste é representado especificamente nesses materiais didáticos?

Diante dessas problematizações, este estudo teve como objetivo analisar como a região Nordeste e os nordestinos foram apresentados nos livros didáticos de Geografia distribuídos pelo Ministério da Educação (MEC) para a educação básica. Para isso, analisamos os livros didáticos (LD) do 6º ao 9º ano do ensino fundamental, adotados no triênio de 2017 a 2019. Utilizamos os materiais da coleção “Vontade de Saber Geografia”, da autora Neiva Camargo Torrezani (2015), volumes 6, 7, 8 e 9, a fim de compreender os sentidos do discurso sobre o Nordeste nos LD, analisando todo o conteúdo, os textos e as imagens.

A coleção selecionada atendeu a dois critérios: o primeiro, ser uma das obras aprovadas pelo Ministério da Educação e distribuídas para as escolas do país; e o

segundo, ser uma obra de Geografia utilizada no sertão nordestino, especificamente na Bahia, lócus da pesquisa. Após a coleta, os dados foram quantificados, categorizados e transformados em gráficos para melhor compreensão dos resultados.

Os dados foram analisados por meio de duas categorias: a primeira, Região Nordeste, tratou das características naturais da região e das questões históricas, geográficas, econômicas e sociais ditas e não ditas nos livros analisados. A segunda categoria, Povo Nordestino, abordou seus habitantes, modos de vida, cultura e relação com o trabalho. Nessa categoria, também se buscou sintetizar o que foi silenciado sobre o povo nordestino e que deveria estar presente nos manuais escolares.

Para representar o Nordeste e o povo nordestino, realizamos levantamentos quantitativos das imagens e textos presentes na coleção, dados que foram abordados sob uma perspectiva discursiva. Desse modo, foi possível perceber não apenas os conteúdos explícitos, mas também os silenciamentos. Para isso, utilizamos as contribuições da Análise do Discurso, conforme explica Gregolin (1995, p. 13):

[...] tentar entender e explicar como se constrói o sentido de um texto e como esse texto se articula com a história e a sociedade que o produziu. O discurso é um objeto, ao mesmo tempo, linguístico e histórico; entendê-lo requer a análise desses dois elementos simultaneamente.

Dessa forma, a Análise do Discurso possibilita uma compreensão de características não apenas sociais, mas também de elementos políticos, culturais e humanos, considerando a interação do sujeito com o espaço que o cerca. Por isso, utilizamos essa metodologia para analisar o conteúdo do livro didático, relacionando-o com as condições de sua produção. Segundo Orlandi (2005), isso inclui “o contexto sócio-histórico e ideológico”.

Assim, problematizamos as intenções por trás das imagens e textos do livro didático de Geografia, ressignificando os elementos não ditos desse instrumento pedagógico. Destacamos que é preciso observar não apenas o que está escrito, mas também aquilo que está silenciado. Como afirma Orlandi (2007, p. 31): “[...] o silêncio não fala. O silêncio é. Ele significa. Ou melhor: no silêncio, o sentido é”.

O silêncio pode significar exclusão, que, por sua vez, pode anular a história de povos e comunidades. Ao ressignificarmos os ocultamentos, foi possível compreender as intenções e ideologias envolvidas nesses não-dizeres sobre o Nordeste e seus povos, presentes nos livros didáticos de Geografia.

Com as constatações e análises, esperamos contribuir para reflexões e discussões nos espaços escolares sobre o livro didático de Geografia, de modo a oportunizar aos professores, no ato de suas escolhas, uma postura crítica na avaliação desses materiais. Isso implica analisar as percepções e ideologias contidas nos textos e imagens, de forma que os educadores possam escolher o livro didático que atenda às

suas demandas como profissionais da educação e que seja coerente e adequado à realidade de seus alunos.

O livro didático e suas faces: análises e perspectivas

O livro didático de Geografia é um dos recursos predominantes no processo de ensino-aprendizagem. Em algumas situações, devido à falta de estrutura de várias instituições públicas, esse material acaba, muitas vezes, tornando-se a única fonte de informação e recurso didático tanto para professores quanto para alunos.

Sendo assim, o decreto que rege o Programa Nacional do Livro Didático (PNLD) “[...] afirma que o livro didático é um instrumento de apoio para a realização do processo de ensino-aprendizagem, pois auxilia, ao mesmo tempo, o trabalho do professor e o estudo do aluno” (BRASIL, 2017, p. 09).

O fato de o livro didático destacar-se como um dos recursos prevalentes é criticado por alguns pesquisadores da área. A subordinação que a estrutura da educação básica brasileira impõe aos professores — ao utilizarem o livro didático como único recurso pedagógico — precisa ser refletida. Dessa forma,

[...] o livro didático continua sendo um dos suportes mais importantes no cotidiano escolar e é, sem dúvida, o mais utilizado e solicitado, explica ainda que é um instrumento de ação constante, onde muitos professores o transformam em um mero compêndio, utilizando-o como um fim, isto é, não buscando outras fontes de informação (Castellar, 2012, p. 137).

O livro didático de Geografia é um dos recursos predominantes no processo de ensino-aprendizagem. Em muitas realidades, diante de um território continental com diversas desigualdades sociais, o livro didático tem se tornado o único recurso disponível num mundo cada vez mais dinâmico, marcado por fluxos e fixos. Nesse contexto, é importante que os professores tomem certos cuidados para não cair em ‘armadilhas’ e reducionismos, evitando submeter-se apenas ao livro didático como única fonte de informação. O livro deve formar e informar; para isso, precisa ser diverso e não silenciar este ou aquele discurso.

Sempre que o livro didático ganha centralidade e unicidade na sala de aula como único recurso, pode promover uma prática de ensino-aprendizagem redutora e, ao mesmo tempo, autoritária. É importante enfatizar que, no processo de ensino-aprendizagem, não existe um único método, um único recurso, tampouco um único discurso. Ao contrário, é necessário pensar em práticas, possibilidades, instrumentos e discursos diversos, a fim de oportunizar aos professores conhecimentos sob diferentes percepções e com o intuito de abarcar as diferentes realidades de seus alunos.

Dessa forma, o docente tem o desafio e a responsabilidade de selecionar o livro mais adequado ao seu fazer pedagógico, levando em consideração a realidade em que atua. Afinal, um instrumento de ensino deve atender às intenções e objetivos previamente elaborados nos Projetos Políticos Pedagógicos (PPP) das escolas.

Sobre a tarefa de escolha do livro didático, Pontuschka, Paganelli e Cacete (2007, p. 340) apontam que “[...] o professor, ao escolher um livro didático, não pode fazê-lo de forma aleatória, pois algumas reflexões devem ser realizadas no caso do aprendizado geográfico. O professor precisa interligar o livro com a realidade local do aluno.”

Assim, a escolha coerente do livro pelo professor deve atender às especificidades de seus alunos, ou seja, precisa estar relacionada, de algum modo, ao local onde vivem. Acrescentamos, ainda, que o LD deve oportunizar aos professores a autoria de suas práticas e maior participação na construção do currículo. Sobre esse aspecto, Callai (2013, p. 51) afirma que “[...] no ensino e aprendizagem de Geografia é importante que o professor tenha o controle do processo de ensino que está fazendo, pois cabe a ele dar a direção, uma vez que é sua função no ensinar.” Assim, os materiais didáticos devem ser recursos utilizados, selecionados e avaliados de forma crítica. Aliados a outros materiais pedagógicos, podem promover a criticidade e a autonomia do docente em relação ao que ensinar e como ensinar.

A importância da autonomia docente é ressaltada por Viana, Costa e Cunha (2022), ao refletirem que os professores, em suas trajetórias profissionais, devem ter liberdade para tomar decisões condizentes com suas práticas educativas em sala de aula. As padronizações representam formas de esvaziamento da autonomia docente, pois abrem espaço para que outros decidam sobre atividades que cabem exclusivamente aos educadores.

Acreditamos que os discursos únicos dos livros didáticos e o uso restrito desses materiais pedagógicos em sala de aula podem favorecer padronizações e imposições que, muitas vezes, tendem a esvaziar a autonomia do professor. Afinal, o livro didático não é apenas um instrumento transmissor de conhecimentos: ele tem caráter ideológico e carrega consigo uma concepção de educação e de sociedade.

É fundamental compreender que o livro didático, além de sua função educativa, atua, principalmente, como veículo de disseminação de ideias e ideologias — e a mais grave delas é aquela ligada à sociedade capitalista, diretamente relacionada às “relações de poder”. Nesse contexto, a produção do livro didático de Geografia vincula-se ao mercado, fazendo com que o livro se torne uma mercadoria altamente lucrativa.

Assim, o que se ensina no livro didático acaba sendo decidido em função de interesses financeiros. Sobre esse material pedagógico, Costa e Dantas (2016, p. 325) afirmam: “[...] esse pode refletir ideologias dominantes e estereótipos, se configurando em uma mercadoria relevante para o mercado editorial”. Isso evidencia que o LD não é

neutro, pois o autor que o escreveu e a editora que o produziu não estão dissociados desse objeto.

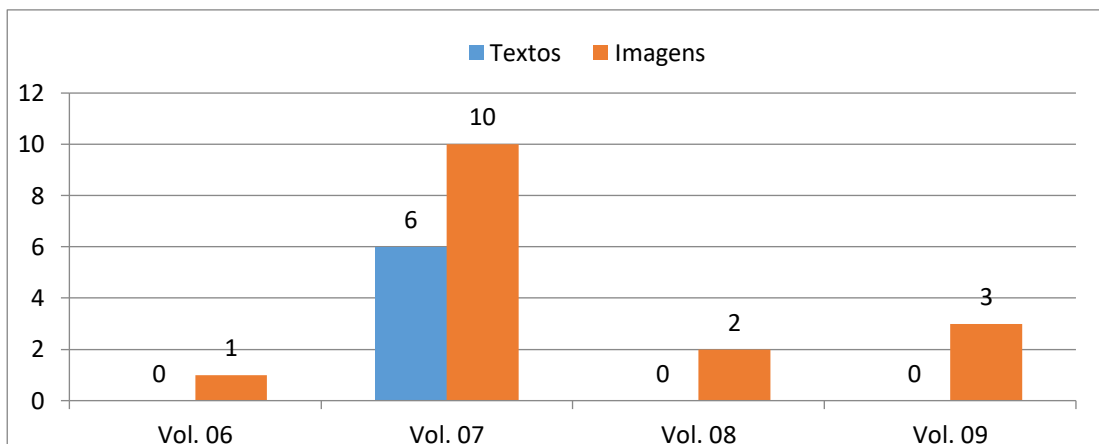
As implicações ideológicas surgem desde os editais, que já indicam as concepções de educação e sociedade pretendidas. Todos os editais do Plano Nacional do Livro Didático indicam diretamente muitas das questões e temas que devem estar nos livros. Mais recentemente, a Base Nacional Comum Curricular (BNCC) passou a orientar diretamente a produção do livro didático no país. Portanto, esses documentos e os sujeitos envolvidos transportam para as páginas dos livros tudo aquilo que pode e deve ser dito.

Os livros didáticos produzem currículos, e estes, por sua vez, produzem acontecimentos, discursos e práticas. Dessa forma, o livro é também difusor não apenas de conhecimentos, mas de culturas. Não há neutralidade científica, pois os ditos e os não ditos revelam uma concepção de sociedade. Desse modo, o livro didático é uma ferramenta político-ideológica. Como afirma Lima (2013), ao materializar um discurso, ele estará sempre atrelado ao campo das mais diversas ideologias. Nesse sentido, os discursos apresentados como verdades carregam grandes tendências à imposição de ideias predominantes, fazendo com que discentes e docentes, por vezes, as tomem como verdades imutáveis.

Certamente, a análise das ideologias é um tema relevante que merece reflexão, sobretudo no que se refere ao livro didático de Geografia. É importante compreender como a ideologia hegemônica se materializa no currículo escolar. Para isso, é necessário analisar os materiais pedagógicos e, no caso específico desta pesquisa, foram selecionados os livros didáticos.

Para essa investigação, realizamos um levantamento quantitativo sobre como o nordestino — enquanto povo, habitante e cultura — é representado por meio de imagens e textos na coleção de livros. Os dados foram apresentados por meio de gráfico de barras.

Gráfico 1 - Quantidade de vezes que há abordagens do “Povo Nordestino” por textos e representação por imagens



Fonte: Dados coletados pelos pesquisadores (mar. 2020).

O gráfico 1 é um gráfico de barras duplo com distribuição vertical, representando a quantidade de abordagens sobre o nordestino por meio de textos e imagens nos quatro volumes dos livros didáticos de Geografia dos anos finais do ensino fundamental do PNLD 2017–2019. O conteúdo está representado da seguinte forma: no volume 06, não houve nenhuma abordagem textual, mas houve uma representação imagética; no volume 07, identificaram-se seis abordagens textuais e dez representações imagéticas; no volume 08, não houve abordagem textual, porém, houve duas representações imagéticas; no volume 09, também não houve abordagem textual, mas há três representações imagéticas do nordestino.

Observa-se uma maior frequência de textos, principalmente no volume 07, pois o currículo desse ano é responsável por discutir a regionalização do Brasil. No entanto, é evidente o silenciamento nos outros três volumes, onde não foram encontrados textos que se refiram ao Nordeste ou ao povo nordestino.

Verificou-se que as materializações do povo nordestino, quando presentes, acabam carregando sentidos negativos: primeiro, pela ausência em parte da coleção, e segundo, pelo conteúdo presente, que pode contribuir diretamente para a construção de uma memória discursiva sobre esse povo associada ao atraso econômico e social. Dessa forma, ao longo de suas páginas, esses livros didáticos de Geografia acabam por transmitir uma imagem fragilizada do Nordeste e de seu povo, atribuindo os problemas da região às características naturais, em vez de relacioná-los a questões políticas e econômicas do país.

Para compreender essa imagem redutora apresentada nos livros didáticos de Geografia sobre o Nordeste, é necessário considerar alguns aspectos históricos. Entre 1960 e 1990, segundo Oliveira e Januzzi (2005), ocorreram diversos movimentos migratórios da região Nordeste para a região Sudeste. Especialmente a partir da década

de 1960, com o acentuado processo de industrialização e, consequentemente, de urbanização, muitos habitantes do meio rural deixavam o campo em direção à cidade, em busca de empregos e melhores condições de vida — sobretudo devido à dificuldade de acesso à terra. Entre as décadas de 1960 e 1980, esses fluxos migratórios ocorreram, principalmente, em direção às cidades de São Paulo e Rio de Janeiro, que, por razões históricas e políticas, concentravam o maior número de indústrias e oportunidades de trabalho. Nesse período, era a região Sudeste — ou “Concentrada”, como definem Santos e Ribeiro (1979) — que absorvia grande parte da mão de obra nordestina.

Esse fenômeno migratório, com pessoas se deslocando de um município, estado ou região para outro, pode ter sido causado por diversos fatores, como dificuldades econômicas, adversidades naturais, secas frequentes ou prolongadas, problemas sociais, silenciamento político e ausência de políticas públicas, entre outros. Assim, os principais motivos das migrações, sobretudo dos nordestinos, independentemente da causa específica, estavam geralmente relacionados à busca por melhores condições de vida.

As regiões Centro-Oeste e Norte também receberam um número considerável de migrantes nordestinos, atraídos por atividades extrativistas ou pela esperança de obter lotes de terra na região amazônica. Além disso, a criação da Zona Franca de Manaus, no estado do Amazonas, contribuiu significativamente para o crescimento dos fluxos migratórios do Nordeste para essa região.

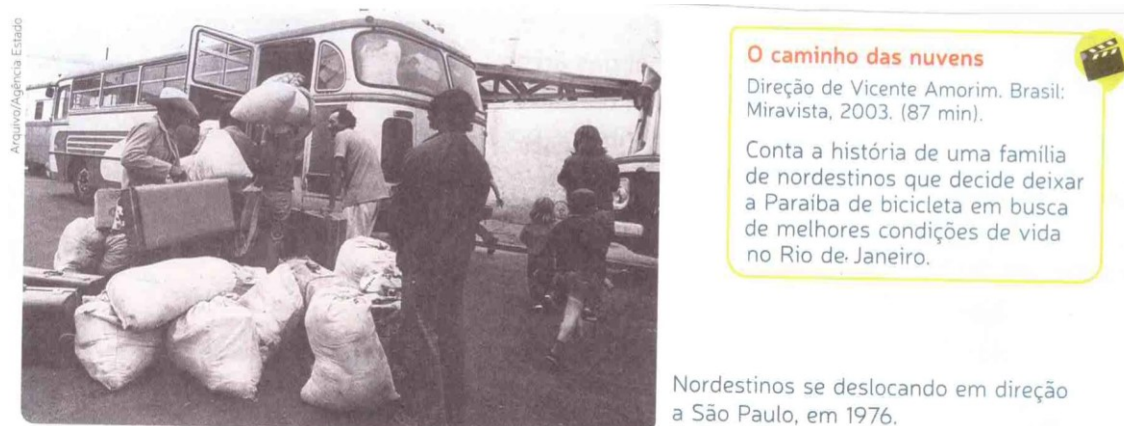
Entretanto, a partir da década de 1990 até os dias atuais, o número de migrantes nordestinos em direção ao Sudeste tem diminuído. Isso se deve, principalmente, ao desenvolvimento econômico da região Nordeste nas últimas décadas, o que tem levado muitos desses migrantes a retornarem a seus estados ou municípios de origem — caracterizando, assim, a migração de retorno.

Atualmente, essa realidade migratória é diferente; no entanto, o discurso predominante nos livros didáticos ainda remete ao Nordeste da década de 1960. Há, portanto, uma ausência de representação do nordestino como sujeito histórico, bem como uma falta de ressignificação de suas culturas — o que pode ser interpretado como uma forma de exclusão ou ocultamento do modo de vida nordestino. As histórias que não são ditas, mas silenciadas, representam uma maneira de afirmar que as culturas nordestinas não são significativas ou relevantes o suficiente para serem conhecidas.

Podemos, portanto, inferir que as construções imagéticas e discursivas da identidade do povo nordestino nesses materiais escolares estruturam-se em uma prática de ensino excludente e estereotipada. Essa prática exclui outros modos de representar a região Nordeste e marginaliza o sujeito nordestino, retirando-lhe o lugar de cidadão, ao destacar apenas um discurso de identidade. A região, como um todo, continua sendo apresentada por meio de “velhos clichês” históricos, como é possível

observar na imagem do livro do volume 07, onde se identifica a representação de migrantes nordestinos deixando o Nordeste em direção a São Paulo, no ano de 1976.

Figura 1 – Nordestinos se deslocando em direção a São Paulo, em 1976



Fonte: Torrezani (2015, p. 156). Dados coletados pelos pesquisadores (mar. 2020).

Dessa forma, é evidente que o livro didático (LD) ainda retrata o nordestino como um sujeito condenado a se mudar de seu local de origem em busca de melhores condições de vida para si e sua família, como se sua “terra natal” fosse incapaz de lhe proporcionar isso. Assim, a imagem reforça o discurso estereotipado da região Nordeste como espaço marcado pelo monopólio da seca, pela falta de empregos e pelo baixo rendimento da população. Por conta dessa condição considerada inferior, os residentes desses locais seriam obrigados a migrar para outras regiões do país em busca de uma vida melhor.

A imagem pode — e deve — estar presente no livro didático, mas precisa ser problematizada. Ao abordar esse momento histórico sem propor uma discussão mais ampla sobre o povo nordestino e sua contextualização atual, a obra acaba por reforçar, direta e/ou indiretamente, a ideia do homem ou da mulher nordestina como retirante, migrante, alguém em busca de ser “salvo”, especialmente pela região concentrada do Brasil.

O LD, de forma indireta — e, por vezes, direta —, retrata um Nordeste do passado, reforçando a imagem de um povo sofrido, camponês, imigrante e pobre. Os alunos nordestinos, ao se depararem com obras que retratam seu povo dessa forma, muitas vezes não se veem representados nem identificados com essa realidade, que é frequentemente apresentada de maneira descontextualizada, histórica ou socialmente, ou ainda deslocada de uma análise crítica e aprofundada.

Figura 2 - Representações que se referem ao nordestino encontradas na coleção



Fonte: Torrezani (2015, v. 6, 7 e 9). Dados coletados pelos pesquisadores (mar. 2020).

No levantamento feito de todas as imagens que se referiam à categoria “nordestinos” nos volumes 6, 7 e 9, elaboramos uma montagem (Figura 02), na qual é possível observar que o livro acaba por reforçar a ideia do nordestino como camponês, pobre, com atividades diretamente ligadas à agricultura, ao extrativismo e ao campo. A coleção analisada reforça a ideia de que esse povo é assim apenas em virtude de sua pobreza material de origem. Essa narrativa da pobreza, atrelada à origem dos sujeitos, apresenta os indivíduos como passivos diante de sua própria condição histórica de vida.

Os dados permitem observar aquilo que não é dito. A coleção não retrata um Nordeste atual, com diversas riquezas, grandes capitais, metrópoles nacionais e regionais, e produção agrícola expressiva. Segundo dados do Escritório Técnico de Estudos Econômicos do Nordeste (ETENE), em 2019, o Produto Interno Bruto (PIB) do Nordeste foi o que mais cresceu no Brasil. Mesmo sendo anterior a esse estudo, a coleção silencia dados relevantes que poderiam apresentar um Nordeste para além da ideia do imigrante e do êxodo rural.

Ainda hoje, muitos veem os nordestinos como se a categoria “lugar” fosse determinante para seu comportamento e estilo de vida, definindo-os por sua forma de vestir, alimentar-se, falar e sobreviver. No entanto, homens e mulheres do Nordeste são pessoas plurais, como qualquer outro sujeito de qualquer região do país. É impossível definir tudo o que somos por meio de um emaranhado de imagens e narrativas estereotipadas, construídas social e culturalmente ao longo do tempo.

É um deslize da obra buscar homogeneizar um povo plural e diverso. Essa tentativa de homogeneização reforça estereótipos e sustenta a perspectiva de que o povo nordestino é o mesmo em qualquer parte da região. Ao analisar os textos da coleção, observa-se que não há preocupação em sinalizar que o Nordeste não é uma só região e que o nordestino não é um povo homogêneo.

Sabe-se que, muitas vezes, o conceito de região está atrelado à ideia de homogeneização dos espaços — uma concepção, por vezes, equivocada, como define Haesbaert (1999). Isso, no entanto, não justifica que um instrumento de ensino continue reproduzindo tais ideias, principalmente em relação à Região Nordeste, composta por nove estados distintos e extremamente diversos em vários aspectos.

Geograficamente, o Brasil é dividido em cinco regiões: Norte, Nordeste, Sul, Sudeste e Centro-Oeste. Contudo, apenas uma dessas regiões, segundo a coleção analisada, é marcada não apenas por seu espaço territorial, mas por seus sujeitos: os nordestinos. Não se ouve falar em “sulinos”, “nortinos” ou “sudestinos” com a mesma frequência. Desde já, existem os “nordestinos” — e essas reproduções são recorrentes em jornais, na mídia em geral, em materiais didáticos e na linguagem cotidiana. O livro didático poderia avançar ao apresentar os povos das outras regiões a partir dos sujeitos que nelas habitam, o que evitaria a estigmatização de uma única população.

Nesse sentido, é como se a região Nordeste, dentro da conjuntura de relações do país, fosse um mundo à parte. Não é incomum ouvirmos sobre a religiosidade nordestina, as danças nordestinas, a música nordestina, o artesanato nordestino. Em suma, essa infinidade de rótulos foi criada, ao longo do tempo, por meio de uma narrativa imagética-discursiva que fez com que muitos sulistas e sudestinos enxergassem e descrevessem o povo nordestino como sujeito distante dos demais brasileiros.

Portanto, é necessário dizer que o povo nordestino encontrou poucas condições favoráveis no processo migratório ao longo da história, sobretudo ao se dirigir às regiões Sudeste e Sul. Esse processo contribuiu para acentuar a desigualdade social e econômica nos novos territórios, principalmente ao compará-los com as populações locais — como a sudestina —, já que, na maioria das vezes, os migrantes ocupavam os territórios mais pobres e desprovidos de infraestrutura nas metrópoles dessas regiões.

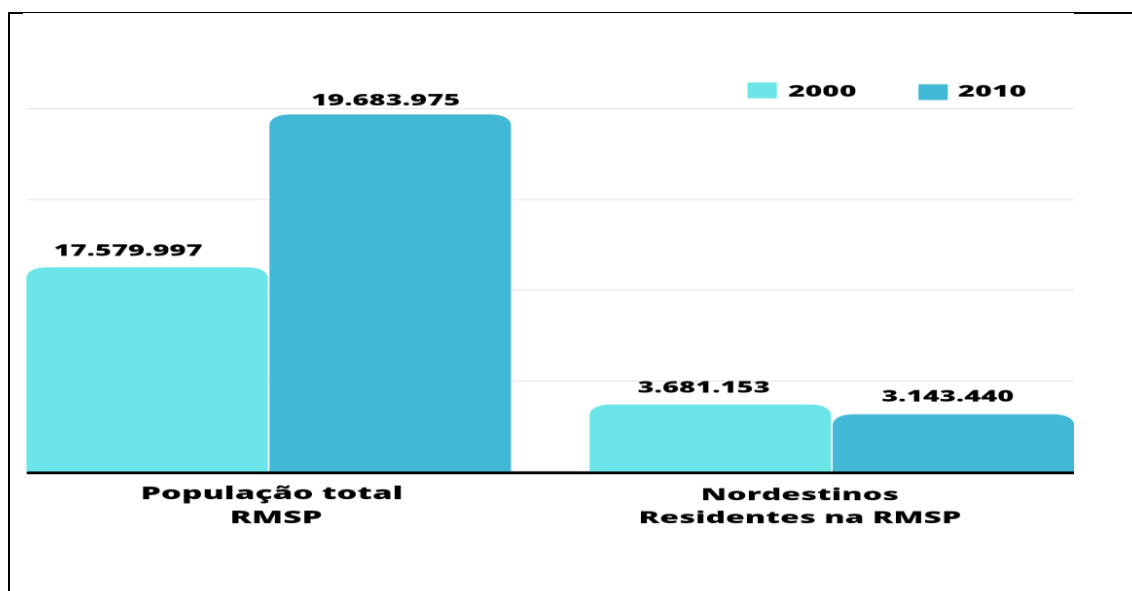
A Região Metropolitana de São Paulo (RMSP) foi o principal destino dos nordestinos, uma vez que, desde o início, esse espaço foi marcado por um intenso

processo de industrialização e consequente urbanização. Dessa forma, a RMSP atraiu um grande contingente de fluxos migratórios oriundos de regiões economicamente menos desenvolvidas do Brasil — aqui, especificamente, do Nordeste. Contudo, já se identificam reduções no volume desses fluxos migratórios, principalmente devido às mudanças na conjuntura política do país no início do século XXI, com a ascensão de governos progressistas, que possibilitaram o aumento das migrações de retorno aos estados de origem, impulsionadas pelas transformações na política econômica nacional.

Esse processo desencadeou uma série de mudanças no perfil socioeconômico da população, como: o surgimento de uma nova classe média, o acesso ao crédito doméstico e rural, a valorização da renda mínima, o aumento do salário mínimo e, principalmente, a implementação do Programa Bolsa Família (PBF). Segundo Almeida (2018, p. 33), “Políticas que afetaram a renda das famílias, como o Programa Bolsa Família (PBF) e o aumento real do salário mínimo, impactaram muito mais fortemente o Nordeste.” Esses fatores, combinados, foram responsáveis por significativas transformações no perfil da população brasileira — especialmente a nordestina.

Dentro dessa nova configuração, tanto a população do Sudeste quanto a do Nordeste — foco da presente discussão — passou a ter maior poder de compra, estimulando o crescimento do setor de serviços e a aquisição de bens duráveis, o que aqueceu a indústria e o mercado em geral. Como consequência, o país registrou, entre 1998 e 2002, um PIB inferior a 2,0%, enquanto, entre 2003 e 2010, esse crescimento foi, em média, de 4,0% (Melo e Fusco, 2019). Entretanto, parte desses migrantes permaneceu na Região Metropolitana de São Paulo, enquanto outra parcela iniciou o movimento de migração de retorno, conforme apontado no gráfico a seguir:

Gráfico 2 - Representação migrações de retorno



Fonte: IBGE, Censos Demográficos de 2000 e 2010. Tabulação feita pelos autores (2020).

O gráfico 2 mostra a população total residente na Região Metropolitana de São Paulo e a população nascida no Nordeste que habita essa região entre os anos de 2000 e 2010. Ao analisarmos o gráfico, temos a seguinte interpretação: o número de migrantes nordestinos nesse complexo regional do Sudeste caiu de 3,6 milhões em 2000 para 3,1 milhões em 2010. Isso demonstra que, nesse período — marcado pela atuação de diversas políticas públicas federais e estaduais —, houve uma significativa redução de pessoas de origem nordestina habitando a RMSP, configurando, assim, um aumento das migrações de retorno.

Essa realidade foi — e ainda é — um fenômeno recorrente no Nordeste brasileiro. Contudo, as migrações, por décadas um aspecto marcante dessa região e do povo nordestino, sobretudo nas últimas décadas do século XX, já não ocorrem na mesma proporção e com os mesmos objetivos. O que se questiona aqui é a atualização das informações fornecidas a estudantes, professores e outros atores da sociedade, muitas vezes sem o devido compromisso de mostrar que os dados são mutáveis, o espaço geográfico é dinâmico e que ambos se alteram com o passar do tempo devido às ações antrópicas, governamentais, da sociedade civil e de outros agentes.

São os estereótipos disseminados ao longo do tempo pela mídia, pelos livros didáticos e reforçados pela escola como verdades imutáveis que construíram a imagem dos nordestinos como intrinsicamente ligados às migrações. O livro didático de Geografia, por exemplo, segue um certo tipo de padrão organizacional, tratando cada temática de forma cartesiana em cada volume, para que os alunos avancem gradativamente nos respectivos assuntos de cada série.

Diante dessas constatações, é necessário repensar a escolha e o uso do livro didático, de modo que esse recurso se torne um aliado na ruptura dos diversos estereótipos e discursos regionalistas existentes em relação à região Nordeste. É importante evitar retratá-la como “o local da desolação, do sofrimento, da pobreza, do atraso econômico e social”. Ao contrário, o livro didático deve apresentar os diferentes povos, seus distintos modos de vida, suas ricas culturas, ressignificar as histórias de lutas dos nordestinos, mostrar suas realidades econômicas e contextualizar historicamente os dados, para que não se imponha uma única identidade do nordestino.

Verificou-se que o perfil do nordestino ainda perpetuado nos currículos escolares é o de um indivíduo que utiliza técnicas rústicas para desenvolver suas atividades, vestindo chapéu de couro e carregando uma peixeira (tipo de faca) na cintura. Essa identidade foi imposta, conforme cita Albuquerque Júnior (2003, p. 162): “Um homem de costumes conservadores, rústicos, ásperos, masculinos; um macho capaz de resgatar aquele patriarcalismo em crise; um ser viril, capaz de retirar a sua região da situação de passividade e subserviência em que se encontrava.”

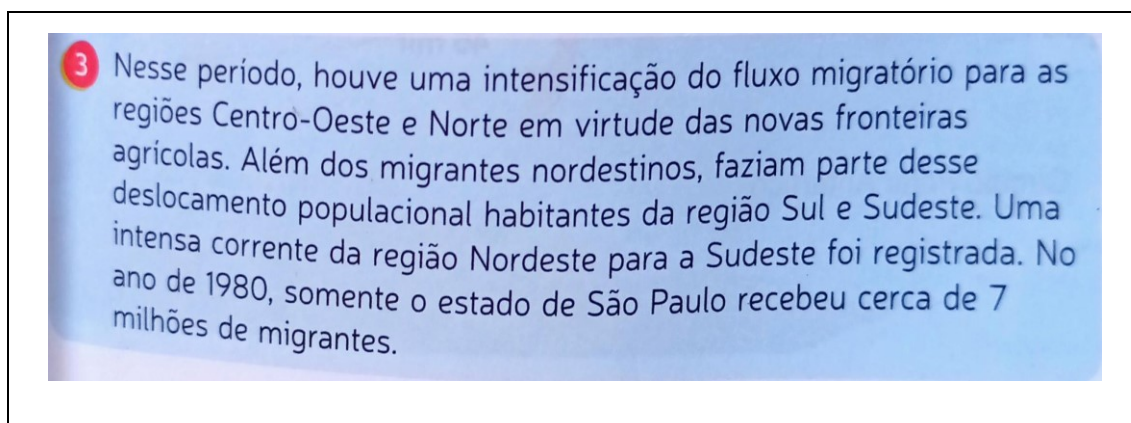
A migração seria, nesse contexto, uma forma de busca pela sobrevivência, já que suas condições de origem não eram capazes de proporcionar ascensão econômica ou

social. Assim, por meio de um discurso naturalista, justificava-se todo um processo de abandono do Estado frente às necessidades históricas que o Nordeste demandava. Haja vista que tanto a elite local quanto artistas e intelectuais nordestinos contribuíram para criar essa concepção ultrapassada — não apenas sobre o povo sertanejo, mas também sobre o recorte espacial do Nordeste —, a fim de continuar usufruindo dos benefícios enviados pelo governo para tentar resolver os problemas da região. Essa situação ficou conhecida como “indústria da seca”.

[...] que os escritores regionalistas vincularam, no mais das vezes, a migração à seca, privilegiando o aspecto ambiental e explicando a migração como um processo determinado geograficamente ou como uma imposição das condições econômicas e sociais ou ambientais. Dessa forma, fornecem uma explicação unilateral que naturaliza e justifica os movimentos migratórios apenas como resultado das condições climáticas da região (Buriti; Aguiar, 2012, p. 17).

Entretanto, houve avanços discursivos quanto à materialização e representação do homem sertanejo, com novos atributos passando a compor a identidade do povo nordestino, edificando, assim, uma nova teia discursiva no Livro Didático de Geografia, objeto deste estudo. Começando pelo discurso da migração, é importante reforçar que, nas últimas décadas, houve uma grande redução desse movimento migratório. Atualmente, grande parte desses fluxos ocorre, na maioria das vezes, dentro da própria região Nordeste, sendo essa mobilidade motivada, sobretudo, pelo deslocamento do interior para as capitais dos estados. A seca e os problemas estruturais da região já não são, portanto, fatores determinantes para a migração.

Figura 3 - Trecho da obra analisada que reforça estereótipos



Fonte: Torrezani (2015, v. 7, p. 60). Organização dos autores (jun. 2020).

Esse trecho do livro destaca de forma detalhada o processo de migração dos nordestinos, ao longo do tempo, para as diversas regiões do Brasil, deixando evidente

que as demais regiões também, em determinados períodos, foram áreas de repulsão. Isso demonstra que o termo “repulsão” não se aplica exclusivamente à região Nordeste.

Um ponto importante a ser analisado é como a obra apresenta o povo nordestino: ao se referir aos habitantes do Nordeste, utiliza-se o termo “nordestinos”, enquanto, ao tratar das populações das regiões Sul e Sudeste, não se empregam os termos “sulistas” ou “sudestinos” — essas populações são apenas identificadas como habitantes das respectivas regiões. O discurso apresentado reforça a ideia do nordestino como um povo homogêneo, desconsiderando a diversidade e heterogeneidade da região.

Dentro do contexto da análise discursiva, compreendemos que tanto o silêncio quanto a fala atravessam a construção de significados, indicando ao sujeito-leitor que o sentido pode ser outro. Como nos afirma Orlandi (2007, p. 14): “aquilo que é mais importante nunca se diz, todos esses modos de existir dos sentidos e do silêncio nos levam a colocar que o silêncio é fundante”.

Dessa forma, ao se analisar o livro, identifica-se uma sequência discursiva que afirma que “os problemas do sertão nordestino estão relacionados, em sua maioria, a questões políticas e sociais, e não apenas aos fatores naturais, como a seca”. Constrói-se, assim, o sentido de que os problemas da região Nordeste e de seu povo nunca foram exclusivamente climáticos, mas sim fruto da ausência histórica de ações do poder público, que priorizou outras regiões para solucionar suas dificuldades. É necessário compreender que essa questão é histórica e precisa ser sempre contextualizada no tempo e no espaço.

Além disso, é interessante perceber que, ao longo do texto presente nos livros didáticos analisados, não são apontadas nem discutidas quais seriam essas causas políticas e sociais responsáveis pelos problemas da região. Portanto, tanto o que está escrito quanto o que foi silenciado permite ao discente compreender que a “pobreza” vivida por parte dos nordestinos vai muito além dos condicionantes climáticos, como a seca do semiárido. O discente também pode inferir que, se os nordestinos migram para a região concentrada, e os sulistas e sudestinos não precisam migrar por estarem em uma região de atração populacional, isso se dá por uma desigualdade estrutural construída historicamente.

Em outra análise do material didático, especificamente na abertura de um dos capítulos, observam-se avanços na trajetória discursiva, visto que as regiões Sul e Sudeste deixam de ser representadas como espaços de libertação para homens e mulheres do Nordeste. Desse modo, rompe-se com a narrativa da região como aquele espaço “típico ou mitológico, em que a história parece suspensa, dormindo, precisando ser despertada” (Albuquerque Junior, 2011).

Figura 4 - Parte retirada da obra analisada que apresenta o Nordeste como região do turismo



Fonte: Torrezani (2015, v. 7, p. 156). Elaboração dos autores (jun. 2020).

Figura 5 - Parte retirada da obra analisada que apresenta o turismo no Nordeste

► O turismo no Nordeste

A atividade turística é uma das maiores potencialidades econômicas do Nordeste, ela corresponde a 10% do PIB regional e emprega grande número de trabalhadores na região.

A presença de aproximadamente 3 300 km de praias e o clima quente e agradável praticamente o ano todo, associados às belas paisagens, à expressão cultural por meio de artesanatos e da culinária regional, têm contribuído para que essa região seja o destino de um grande número de turistas brasileiros e estrangeiros.

De acordo com pesquisas, anualmente, cerca de 23 milhões de pessoas de diferentes procedências são atraídas aos estados nordestinos para o turismo. Observe no gráfico abaixo o fluxo de turistas que visitaram o Nordeste no ano de 2013.

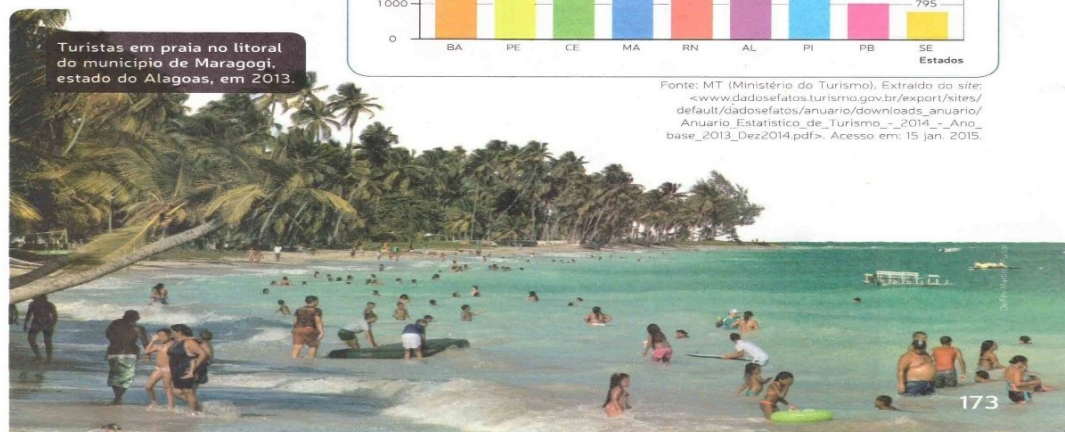
Com o objetivo de dinamizar ainda mais a atividade turística no Nordeste, os governos estaduais, em parceria com algumas empresas privadas, têm investido recursos em infraestrutura e benfeitorias. Esses empreendimentos estão viabilizando não somente a ampliação de complexos turísticos na região, como hotéis, *resorts* e parques aquáticos, mas também têm gerado maior oferta de empregos.

A modernização de aeroportos, o melhoramento e a expansão de rodovias de acesso ao litoral, o saneamento básico, a preservação ambiental e a restauração do patrimônio histórico são alguns dos investimentos que também têm proporcionado o desenvolvimento do turismo regional.

Número de turistas na região Nordeste – 2013



Fonte: MT (Ministério do Turismo). Extraído do site: <www.dadosfatos.turismo.gov.br/export/sites/default/dadosfatos/anoario/downloads/anoario/Anuario_Estatistico_de_Turismo_2014_-_Ano_base_2013_Dez2014.pdf>. Acesso em: 15 jan. 2015.



Fonte: Torrezani (2015, v. 7, p. 173). Organização dos autores (jun. 2020).

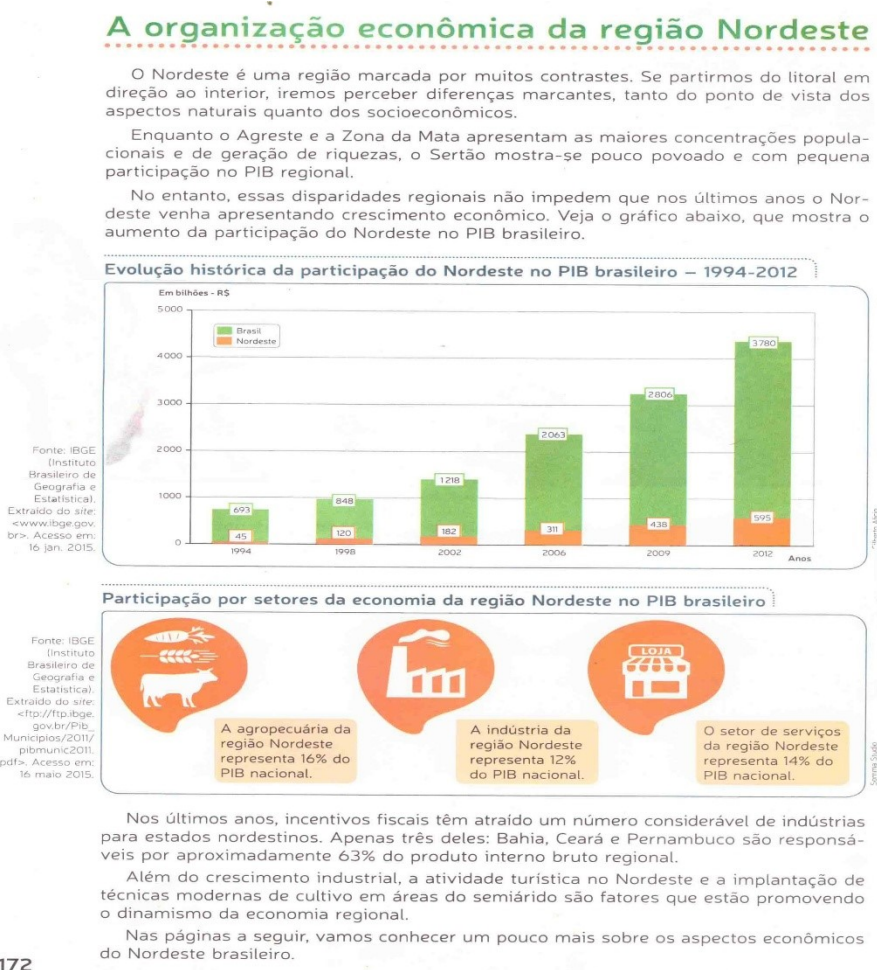
Aqui começa a ser construído um discurso em que o turismo vem se expandindo, configurando uma região vocacionada para essa atividade, que por muito tempo foi ignorada devido aos interesses oriundos de uma caracterização “grosseira e indiscriminada do grupo estranho, em que as multiplicidades e as diferenças individuais são apagadas, em nome de semelhanças superficiais do grupo” (Albuquerque Júnior, 2011, p. 30). Ignorar as individualidades e especificidades para transformar o espaço em uma totalidade homogênea é uma das estratégias desse processo.

O litoral é destacado pela autora como um espaço com “praias paradisíacas”, que contribuem para o desenvolvimento da região, especialmente das cidades litorâneas, como pode ser observado em outro tópico do Livro Didático.

A partir dessas novas possibilidades, constrói-se agora a imagem de um espaço desenvolvido, que potencializou a cultura nordestina como um forte atrativo turístico.

Essa nova construção imagético-discursiva vem contrariar as expressões que sempre nos fizeram pensar o Nordeste a partir de um saber estereotipado e mitológico, colocando-o em uma posição periférica nas relações sociais em âmbito nacional, “como o lugar da periferia, da margem, nas relações econômicas e políticas no país, que transforma seus habitantes em marginais da cultura nacional” (Albuquerque Júnior, 2011, p. 38).

Figura 6 - Imagem retirada do livro que apresenta texto sobre “Organização econômica no Nordeste”



172

Fonte: Torrezani (2015, v. 7, p. 172). Organização dos autores (jun. 2020).

Ao analisar o trecho retirado do livro, observa-se que o material avança ao apresentar o crescimento do Produto Interno Bruto (PIB) do Nordeste. No entanto, ainda assim, enfatiza que se trata de “uma região de contrastes”. Ao destacar essa característica, o livro reforça a ideia de que o Nordeste é uma “região problemática”, marcada por muitas desigualdades.

O termo “região de contrastes” não é utilizado para caracterizar outras regiões na obra, tornando visível que essa classificação é atribuída exclusivamente ao Nordeste.

Figura 7- Imagem que aborda a Indústria na região Nordeste



Fonte: Torrezani (2015, v. 7, p. 174). Organização dos autores (jun. 2020).

Figura 8 - Imagem que aborda a agropecuária na região Nordeste

► Agropecuária na região Nordeste

A agropecuária representa cerca de 16% do total de riquezas geradas no Nordeste e emprega numerosa mão de obra. De modo geral, a atividade agropecuária é desenvolvida em todas as sub-regiões nordestinas.

Na Zona da Mata prevalecem as culturas de frutas tropicais, como o caju, a manga e o mamão e, principalmente, as lavouras monocultoras de cana-de-açúcar, cacau e fumo. Esses gêneros agrícolas desempenham um importante papel na economia regional, pois além de empregar um grande número de trabalhadores, fornece produtos para a exportação e também matéria-prima para a atividade industrial nacional.

No agreste, predominam pequenas e médias propriedades rurais onde é desenvolvida a policultura. Em geral, essas propriedades localizadas nas porções mais úmidas da sub-região dedicam-se aos cultivos de mandioca, feijão, milho e também à fruticultura. Atualmente, o Agreste tornou-se um dos mais importantes centros de abastecimento alimentício regional.

No Sertão a agricultura é desenvolvida, sobretudo nos brejos. Os **brejos** são áreas que apresentam umidade e solos férteis, o que favorece o desenvolvimento de diferentes tipos de culturas, principalmente de milho, feijão e arroz. No Sertão, os brejos estão localizados, sobretudo, nas encostas das serras e vales fluviais.

Grande parte da atividade agrícola no Sertão ainda é realizada com o emprego de técnicas tradicionais de cultivo.

- Além das lavouras desenvolvidas nos brejos, o Sertão nordestino vem se destacando pela implantação de sistema de irrigação em muitas áreas do semiárido. Na página 177, iremos estudar um pouco mais da agricultura irrigada na região Nordeste.



Plantação de
-açúcar, em
estado de Al
fotografia de



Na fotografia,
ver agricultor
plantação de
espaço rural
no estado de
Pernambuco

Fonte: Torrezani (2015, v. 7, p. 175). Organização dos autores (jun. 2020).

No livro, o autor discute também o desenvolvimento do Nordeste a partir de duas grandes perspectivas: a industrial e a agropecuária, que ganharam destaque nas últimas décadas. Mesmo que o maior beneficiamento industrial tenha ocorrido no litoral e nas capitais nordestinas, isso já representa um avanço em relação a momentos anteriores, nos quais apenas a economia primária era evidenciada. Conforme (Araújo, 2007, p. 542),

O Brasil do fim do século XX havia se tornado uma importante economia industrial construída em processo que agudizou desigualdades sociais e regionais. No entanto, a forte concentração da indústria no Sudeste atingira seu auge nos anos 1970 e, desde então, observa-se um modesto movimento de desconcentração que beneficiou especialmente o interior de São Paulo, Minas Gerais e a Região Sul, mas que também atingiu as metrópoles do litoral do Nordeste e chegou a Manaus, no Norte, por conta especialmente de incentivos fiscais, sobretudo a Zona Franca de Manaus.

Outro avanço foi a agropecuária ter sido abordada sob a perspectiva da modernização, em contraste com épocas anteriores, nas quais era representada dentro de um contexto rústico, com pouco aperfeiçoamento e tecnologia.

O Nordeste é uma região heterogênea: existem áreas mais industrializadas, outras com agricultura e agropecuária tradicionais, e ainda outras com pouquíssimo desenvolvimento. Todavia, há locais com altos índices de modernidade e investimentos, que proporcionam uma expressiva participação da região no PIB brasileiro.

Dessa forma, na coleção analisada, percebeu-se a presença de um discurso reducionista e excludente em relação ao Nordeste, tanto ao relacionar essa parte do Brasil à pobreza e ao atraso econômico quanto ao ocultar suas histórias, suas riquezas culturais e naturais. Segundo Castro, Guimarães e Costa (2022, p. 175):

Para uma representação mais fidedigna da região Nordeste, é necessário que, durante a concepção e produção de livros didáticos de Geografia, governo federal, autores e editores privilegiem outros aspectos, como o turismo, a economia, a cultura, a culinária, a moda, a literatura, a religiosidade, etc., ao invés de abordar apenas as mazelas da região.

Portanto, pesquisas analíticas em torno das representações atribuídas à região Nordeste nos livros didáticos de Geografia se torna cada vez mais urgente. Historicamente, esses materiais didáticos vêm enfatizando aspectos negativos da região, como a seca, a pobreza e o atraso econômico, construindo uma imagem estigmatizada e homogênea do Nordeste e de seu povo. Ao sugerir que autores, editores e o governo federal privilegiem outros aspectos, como o turismo, a cultura, a culinária, a moda, a literatura e a religiosidade, o trecho propõe uma abordagem mais ampla e representativa da diversidade cultural, econômica e social presente na região. Essa mudança é essencial para que se construa um conhecimento geográfico que respeite a complexidade e as transformações históricas vividas pelos nordestinos.

Além disso, a ampliação da abordagem sobre o Nordeste nos livros didáticos tem o potencial de combater estereótipos e fortalecer a identidade dos estudantes que vivem na região. Ao reconhecer a riqueza cultural, o dinamismo econômico e o valor histórico dos povos nordestinos, os materiais didáticos deixam de reproduzir discursos reducionistas e passam a contribuir para uma educação mais inclusiva e crítica. Dessa forma, a citação reforça o papel dos livros didáticos como instrumentos não apenas de ensino de conteúdos, mas também de construção de representações sociais, exigindo responsabilidade e compromisso com a diversidade regional do Brasil.

Considerações Finais

Ao analisar os Livros Didáticos de Geografia da coleção “Vontade de Saber Geografia”, volumes do 6º, 7º, 8º e 9º ano, da autora Neiva Camargo Torrezani (2015),

observaram-se aspectos importantes a serem revistos quanto aos materiais de apoio que chegam às escolas brasileiras. Notou-se a necessidade de reflexão sobre os livros didáticos e suas respectivas reproduções de estereótipos a respeito do Nordeste e dos nordestinos.

Percebeu-se na coleção a presença de um discurso homogêneo que propõe associar o povo nordestino a temas como migração e à própria região Nordeste, relacionando-os, de forma direta, à seca e ao atraso econômico. Verificou-se, ainda, que há uma abordagem única, na qual o homem sertanejo é constantemente representado com imagens e discursos clássicos que fazem alusão ao atraso, à miséria, à pobreza, à migração e ao subdesenvolvimento, além de a imagem do homem nordestino ser frequentemente vinculada ao indivíduo que ainda utiliza técnicas rústicas para o desenvolvimento de suas atividades.

Diante das pesquisas desenvolvidas, espera-se que a sociedade possa compreender como as representações da região Nordeste e de seu povo são materializadas nos livros didáticos, de modo que entenda os reflexos disso no ensino de Geografia. É importante salientar que o livro didático se tornou o principal instrumento simbólico de construção de conhecimentos na educação básica e, acima de tudo, um difusor de ideias, conceitos, conteúdos e até ideologias.

Portanto, visando oferecer sentidos à busca por um novo viés discursivo, o presente trabalho procurou discurrir sobre a construção imagético-discursiva dos povos que habitam a região Nordeste, demonstrando que esses entendimentos estereotipados, equivocados e deturpados se deram por um processo histórico que delineou as características culturais apropriadas à formação da identidade da região — e que ainda são reproduzidos nos livros didáticos, inclusive naqueles utilizados nas escolas do próprio Nordeste.

Enfim, considerando todos esses aspectos, acredita-se que esta pesquisa contribuirá de forma positiva para a desconstrução de conceitos equivocados e para fornecer critérios aos professores no momento da escolha desse material. O estudo pode contribuir, ainda, com outros trabalhos que discutem essa temática, e, assim, todas essas ações podem ajudar a construir outras histórias do Nordeste e dos nordestinos.

Referências

ALMEIDA, Adriana Valença de. **Paisagens do sertão alagoano**: representações da cultura através da iconografia. Universidade Federal de Alagoas: Dissertação (Mestrado em Geografia), Maceió, 2018.

ALBUQUERQUE JUNIOR, Durval Muniz de. **Nordestino, uma invenção do falo, uma história do gênero masculino (Nordeste 1920 1940)**. Maceió: Catavento, 2003.

ALBUQUERQUE JUNIOR, Durval Muniz de. **A invenção do Nordeste e outras artes**. 5. ed. São Paulo: Cortez, 2011.

ARAÚJO; Tania B. Nordeste: desenvolvimento recente e perspectivas. **Um olhar territorial para o desenvolvimento: Nordeste**. BNDES: São Paulo, 2007.

BRASIL. **Decreto – Lei n. 9.099, de 18 de julho de 2017**. Dispõe sobre o Programa Nacional do Livro e do Material Didático. Brasília, DF: Presidência da República, 2017.

BURITI, Catarina de Oliveira; AGUIAR, José Otávio. Secas, Migrações e Representações do Semiárido na Literatura Regional: Por Uma História Ambiental dos Sertões do Nordeste Brasileiro. **Textos e debates**, Roraima, p. 7-31. 2012.

CALLAI, Helena Copetti. **A formação do profissional da geografia: o professor**. Ijuí: Unijuí, 2013.

CASTELLAR, Sônia; VILHENA, Jerusa. **Ensino de Geografia**. São Paulo: Cengage Learning, 2012.

Castro, Fabíola. Lima., Guimarães, Guilherme. Lima., & Costa, Glauber. Barros. Alves. (2022). Os estereótipos e representações da região nordeste no livro didático de geografia. *Revista Ensino De Geografia (Recife)*, 5(2), 158–177. Disponível em: <https://doi.org/10.51359/2594-9616.2022.253581>. Acesso em: 12 abril. 2023.

COSTA, Glauber Barros Alves; DANTAS, Débora Nunes. O Livro Didático de Geografia e as Questões de Gênero: algumas reflexões. **Revista Brasileira de Educação em Geografia**, Campinas, v. 6, p. 323-340, jan./jun. 2016. Disponível em: <https://www.revistaedugeo.com.br/revistaedugeo/article/view/339>. Acesso em: 20 maio 2022.

LIMA, Eni Pereira. **Análise de Discurso: princípios e procedimentos**. 11. ed. Campinas: Pontes Editores, 2013.

GREGOLIN, Maria do Rosário Valencise. A Análise do Discurso: conceitos e aplicações. **Alfa**, São Paulo, v. 39, p.13-21, 1995.

HAESBAERT, Rogério. **Região, diversidade territorial e globalização**. Niterói: DE GEO/UFF, 1999.

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA - IBGE. Censo Demográfico 2000. Rio de Janeiro: IBGE, 2002.

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA - IBGE. Censo Demográfico 2010. Rio de Janeiro: IBGE, 2012.

HALL, Stuart. **A identidade cultural na pós-modernidade**. 7. ed. Rio de Janeiro: DP&A, 2002.

MELO, Maria das Neves Medeiros de; FUSCO, Wilson. Migrantes Nordestinos na Região Metropolitana de São Paulo: características socioeconômicas e distribuição espacial, **Revista Confins**, São Paulo, n. 40, p. 1-18, 2019. Disponível em: <https://doi.org/10.4000/confins.19451>. Acesso em 25 de Agosto. 2023.

MUNAKATA, Kazumi. História que os livros didáticos contam, depois que acabou a ditadura no Brasil. In: FREITAS, Marcos Cezar (org.). **Historiografia Brasileira em Perspectiva**. 5. ed. São Paulo: Contexto, 2003. p. 271-296.

ORLANDI, Eni. O sujeito discursivo contemporâneo: um exemplo. In: INDURSKY, Freda; FERREIRA, Maria Cristina Leandro (orgs). **Análise do Discurso no Brasil**: mapeando conceitos, confrontando limites. São Carlos: Clara Luz, 2007. p. 11-20.

ORLANDI, Eni Pereira. **Análise de discurso**: princípios & procedimentos. São Paulo: Pontes, 2005.

OLIVEIRA, Kleber Fernandes de; JANNUZZI, Paulo de Martino. Motivos para Migração no Brasil e Retorno ao Nordeste: padrões etários, por sexo e origem/destino. **São Paulo em Perspectiva**, v. 19, n. 4, p. 134-143, out./dez. 2005. Disponível em: https://www.researchgate.net/publication/250988059_Motivos_para_migracao_no_Brasil_e_retorno_ao_nordeste_padroes_etarios_porsexo_e_origemdestino. Acesso em: 10 fev. 2023.

PONTUSCHKA, Nídia Nacib; PAGANELLI, Tomoko Iyda; CACETE, Núria Hanglei. **Para ensinar e aprender Geografia**. São Paulo: Cortez, 2007.

REIS, Edmerson dos Santos. Educação para a convivência com o semiárido: desafios e possibilidades. In: SILVA, Conceição de Maria de Sousa; LIMA, Elmo de Souza; CANTALICE, Maria Luiza; ALENCAR, Maria Tereza; SILVA, Waldirene Alves Lopes da. (orgs.). **Semiárido Piauiense**: Educação e Contexto. Campina Grande: INSA, 2010. p. 109-130.

SANTOS, Milton; RIBEIRO, Ana Clara Torres. **O conceito de Região Concentrada**. Universidade Federal do Rio de Janeiro/IPPUR, 1979.

TORREZANI, Neiva Camargo. **Vontade de saber geografia**. Volumes 6º, 7º, 8º e 9º ano. – 2. Ed. – São Paulo: FTD, 2015.

VIANA, Magna Melo; COSTA, Glauber Barros Alves; CUNHA, Ana Luísa Salgado. A política nacional de alfabetização (PNA) de 2019: Algumas reflexões. **Revista Ibero-Americana de Estudos em Educação**, Araraquara, v. 17, n. 2, p. 1012–1025, 2022.

Disponível em: <https://periodicos.fclar.unesp.br/iberoamericana/article/view/14800>.
Acesso em: 20 maio. 2023.

Recebido em: 05/04/2025
Aprovado em: 20/05/2025